



Número: **0814318-62.2017.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **19ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS (AUTOR)		FABIO MACHADO DA SILVA (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10021675	08/04/2017 21:00	Petição Inicial	Petição Inicial
10021677	08/04/2017 21:00	inicial - CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS	Petição Inicial
10021678	08/04/2017 21:00	PROCURAÇÃO + DOC PESSOAL	Procuração
10021680	08/04/2017 21:00	PRONTUARIO MEDICO + BO	Documento de Comprovação
10021681	08/04/2017 21:00	DOC VEICULO + PEDIDO ADM	Documento de Comprovação

Em Anexo !!!





Rua: Raimundo Chaves, 1436 – Sala 02 – Bairro de Candelária - Natal/RN – CEP 59.064390.
Telefones: (84) 3322-9402 / 9 8843-4343 – Endereço Eletrônico (email): fabiomachadorn@hotmail.com

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS NÃO ESPECÍFICAS DA COMARCA DE NATAL/RN, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS, Brasileiro, Solteiro, Agricultor, portador do RG nº 1.830.243 – SSP/RN e CPF nº 029.630.724-65, residente e domiciliado no Sítio Jacó, 43 – Alegria/Pacavira – Ielmo Marinho/RN, CEP - 59.490-000, por seu advogado e bastante procurador ao final subscrito, vem à presença de V. Exª, nos termos da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/07 e nº 11.945/2009 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO- DPVAT

Em face da **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, com endereço para receber citação e intimação na Avenida Prudente de Moraes, 4055 – Lado Impar – Bairro de Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59.056-200, por todos os fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I – DO PEDIDO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Atualmente, o autor não possui condições financeiras para arcar com os gastos do processo sem que haja prejuízo próprio ou de sua família.

Outrossim, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei 1.060 de 05.02.1950, milita em seu favor a presunção de veracidade da declaração de pobreza por ela firmado, o que desde já declara.

Desse modo, o autor faz jus à concessão da Justiça Gratuita, prevista nos moldes da Lei supracitada, bem como, a garantia constitucional prevista no art. 5º, LXXIV da Carta Magna Nacional.





Rua: Raimundo Chaves, 1436 – Sala 02 – Bairro de Candelária - Natal/RN – CEP 59.064390.
Telefones: (84) 3322-9402 / 9 8843-4343 – Endereço Eletrônico (email): fabiomachadorn@hotmail.com

Urge mencionar que entender de forma diversa seria macular um dos mais relevantes princípios do Direito Processual, qual seja o Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, consagrado na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, XXXVI, a saber, impedir os mais humildes de ter acesso à Justiça fere a garantia maior dos cidadãos no Estado Democrático de Direito.

II – DOS FATOS

Em 04 de março de 2015, por volta das 07:00h, o autor foi vítima de um acidente de trânsito, no qual pilotava a Moto de Marca/Mod. HONDA CG – 125 – FAN, Cor Preta, de Placas NYP-1115, junto com sua irmã ANA CLEIDE que encontrava-se na garupa, quando um veículo colidiu com o mesmo, evadindo-se do local, sem prestar socorro, vindo a vítima e sua irmã a cair. Após os primeiros socorros a autor/vítima foi encaminhado para a UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, onde recebeu atendimento médico especializado, conforme descrito nos boletins, em anexo.

Diante da queda acometida e em razão do acidente as vítimas sofreram lesões onde ficaram impossibilitadas de exercer suas funções laborativas, encontrando-se ainda hoje com sequelas do citado acidente, conforme DOCUMENTOS, em anexo.

Apesar do requerimento administrativo encaminhado pelo autor com pedido de indenização por invalidez perante a Ré, o autor teve seu pleito administrativo parcialmente atendido restando à busca do braço Jurisdicional para o recebimento da indenização a que tem direito, indenização esta no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), enaltecendo que o autor já recebeu o montante de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) restando o valor de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

III – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS INERENTES A AÇÃO .

1. DA COMPETÊNCIA

Em entendimento já consolidado através da Súmula nº 540, editada pelo STJ, em que as ações de reparação de dano sofrido em razão de acidente de veículos, inclusive em se tratando de seguro obrigatório - DPVAT podem ser ajuizadas por faculdade do autor, no foro de seu domicílio, no do local do fato, ou foro do domicílio do réu, neste sentido:

Súmula 540-STJ: Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.





Rua: Raimundo Chaves, 1436 – Sala 02 – Bairro de Candelária - Natal/RN – CEP 59.064390.
Telefones: (84) 3322-9402 / 9 8843-4343 – Endereço Eletrônico (email): fabiomachadorn@hotmail.com

STJ. 3ª Seção. Aprovada em 10/06/2015, Dje 15/06/2015.

2. DA LEGITIMIDADE DA PARTE AUTORA

No caso em tela, é de direito da Autora perceber uma indenização por danos pessoais, ante ao seu gravíssimo estado de saúde, ou melhor, devido aos danos causados pelo acidente, visto que resultou em várias lesões, conforme documentos acostados aos autos.

3. DA LEGITIMIDADE PARTE RÉ:

O Art. 7º da Lei nº 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no pólo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

Nesse sentido também dispõe a Resolução CNSP 154/2006:

Art. 5º (...)

§6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas.

§7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.

Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

Quanto à legitimação passiva, mostra-se dirimida qualquer sombra de dúvidas, desta feita, qualquer seguradora, que atue no Consórcio do Seguro DPVAT, formados pela reunião das empresas seguradoras e geridos pela seguradora Líder, poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

4. DA PERÍCIA

Caso entenda V. Exª da necessidade de prova pericial, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (o) perito (a):

- a) Quais as lesões sofridas pelo Autor(a)?
- b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?
- c) Dessas lesões resultou debilidade permanente de membros, sentido ou função;





Rua: Raimundo Chaves, 1436 – Sala 02 – Bairro de Candelária - Natal/RN – CEP 59.064390.
Telefones: (84) 3322-9402 / 9 8843-4343 – Endereço Eletrônico (email): fabiomachadorn@hotmail.com

Incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente:

- a) Total ou em parte?
- b) Havendo, em que percentual?

IV – DO MÉRITO

O DPVAT é um seguro de cobertura de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, instituído pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, alterada pelas Leis nº 8.441/92 e nº 11.482/2007, como política do Estado para indenizar às vítimas de acidentes causados por veículos que tem motor próprio e circulam em vias terrestres.

O seguro DPVAT é obrigatório para todos os veículos automotores, sendo pago juntamente com a cota única ou primeira parcela do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), visando garantir o pagamento imediato das indenizações das vítimas.

A Lei 6.194/74 prevê três tipos de cobertura, que são por morte, por invalidez total ou parcial, ou por despesas de assistência médica e suplementar. Esta última modalidade prevê o reembolso de despesas devidamente comprovadas. Dispõe o art. 3º da Lei 6.194/74 que:

Artigo 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifo nosso)

No presente caso não há dúvidas quanto o direito do autor em receber a referida indenização, vez que este sofreu o acidente de trânsito que lhe causou incapacidade permanente de movimentação na região dos “quadris”.

Quanto aos valores da indenização já é pacífico na jurisprudência a aplicação extensiva da Lei 6.194/74 (Lei do Seguro Obrigatório- DPVAT) que em função do seu cunho social, tem fixado a indenização em 40 (quarenta) salários mínimos, não se incompatibilizando com a norma que proíbe sua indexação ao salário mínimo. Vejamos:





Rua: Raimundo Chaves, 1436 – Sala 02 – Bairro de Candelária - Natal/RN – CEP 59.064390.
Telefones: (84) 3322-9402 / 9 8843-4343 – Endereço Eletrônico (email): fabiomachadorn@hotmail.com

Seguro obrigatório. DPVAT. Encurtamento de membro inferior. Lesão permanente e incapacitante verificada. Indenização devida em valor equivalente a 40 salários mínimos vigentes à época do acidente. DPVAT2. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. DPVAT3. O valor do seguro DPVAT pode, no caso, ser fixado em salários mínimos, já que a proibição à anterior norma, contida no art. 3º, alínea c, da lei 6.194/74, ocorreu na redação dada pela lei 11.482/07, que é posterior aos acidentes, não há como retroagir a norma, permitida, pois, a fixação em valor equivalente a 40 vezes o maior salário mínimo vigente. Apelo provido. DPVAT3o6.19411.482(9226808952006826 SP 9226808-95.2006.8.26.0000, Relator: Soares Levada, Data de Julgamento: 06/06/2011, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/06/2011) (grifo nosso)

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) MORTE NO TRÂNSITO FIXAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO EQUIVALENTE A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU INCONSTITUCIONALIDADE NA VINCULAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 37 DO EXTINTO PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL COBRANÇA PROCEDENTE. DPVAT (1094469020098260011 SP 0109446-90.2009.8.26.0011, Relator: Francisco Thomaz, Data de Julgamento: 08/02/2012, 29ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/02/2012) (grifo nosso)

Processual civil. Recurso especial. Agravo no agravo de instrumento. Seguro obrigatório. Acidente de trânsito. Seguradora. Legitimidade passiva. Prequestionamento. Ausência. Fundamentação deficiente. Valor da indenização. Legalidade. - Ausente o prequestionamento da matéria cuja discussão se pretende, não se conhece do recurso especial. - Não se conhece do recurso especial na parte em que se encontra deficientemente fundamentado. - Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório assegurado direito de regresso. - O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, não havendo incompatibilidade entre o disposto na Lei n. 6.194/74 e as normas que impossibilitam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedentes. Agravo não provido. (STJ. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2006/0021894-5. Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI. T3 - TERCEIRA TURMA. DJ 24/04/2006 p. 397). (grifo nosso).

Assim, não existindo qualquer parâmetro de como devem ser pagas as indenizações, não é de competência da seguradora fixá-lo em interesse próprio, baseado em critérios subjetivos e injustos.





Rua: Raimundo Chaves, 1436 – Sala 02 – Bairro de Candelária - Natal/RN – CEP 59.064390.
Telefones: (84) 3322-9402 / 9 8843-4343 – Endereço Eletrônico (email): fabiomachadorn@hotmail.com

Importa esclarecer que a presente demanda cumpre todos os requisitos exigidos para o pagamento do respectivo prêmio, já que basta o registro da ocorrência na autoridade competente e a qualificação da vítima. Sendo consolidado em entendimento jurisprudencial, vejamos:

ACIDENTE DE TRÂNSITO – VÍTIMA FATAL – DPVAT – IRRETROATIVIDADE DA LEI – DESNECESSIDADE DE EXIBIÇÃO DO DUT – É devida a indenização por acidente de veículo em decorrência de seguro obrigatório, ainda que o prêmio não esteja pago, porquanto que se faz necessário apenas o registro de ocorrência no órgão policial competente e a qualidade de beneficiário da vítima. (TAMG – AC 0387085-1 – (72443) – 7ª C.Cív. – Rel. Des. José Affonso da Costa Côrtes – J. 03.04.2003) (grifo nosso).

Ressalte-se, que independe de pagamento do prêmio do seguro obrigatório, conforme entendimento já pacificado por meio da Súmula nº 257 do Superior Tribunal de Justiça.

Vejamos:

“STJ. Súmula 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.

Sendo assim, e incontroverso a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas conseqüências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

Por todo o exposto, não há dúvidas quanto ao direito autoral, razão pelo que requer a procedência da ação, no sentido de condenar a ré ao pagamento da indenização devida.

V – DO PEDIDO

Ante o exposto, pelos motivos de fato e de direito acima alinhados, requer-se que Vossa Excelência se digne a:

- a) Determinar a citação do réu no endereço constante ao preâmbulo desta exordial, para querendo responder a presente ação sob pena dos efeitos da revelia;
- b) Condenar a ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial permanente, qual seja R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), devidamente corrigidos e atualizados desde a citação;
- c) Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei no. 1.060/50;





Rua: Raimundo Chaves, 1436 – Sala 02 – Bairro de Candelária - Natal/RN – CEP 59.064390.
Telefones: (84) 3322-9402 / 9 8843-4343 – Endereço Eletrônico (email): fabiomachadorn@hotmail.com

- d) Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor da Autora, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: “a facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando ,a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências”;
- e) Entendendo Vossa Excelência necessidade de uma perícia, que sejam respondidos os quesitos do **item III .4.**;

VI – DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, Especialmente a documental, a pericial e a testemunhal, cujo rol será entregue dentro do prazo legal.

VII – DO VALOR DA CAUSA

Atribui-se à causa o valor de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Natal/RN, 23 de Março de 2017.

FÁBIO MACHADO DA SILVA
OAB/RN 7.594

GILDO PINHEIRO MARTINS
Estagiário



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Doutor Carlos Alexandre dos Santos, brasileiro (a),
portador do RG nº 1.830.423 e CPF nº 09.630.724.65,
Sítio Jacó, 43 Alegria / Pacaveira residente e domiciliado a
Jelmo Marinho / RN.

OUTORGADOS:

FÁBIO MACHADO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 7594, **RANIERE MACIEL QUEIROZ EMIDIO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-RN 9.089 e **ADRIANA MARIA FERREIRA DE SOUZA**, solteira, bacharel em direito, inscrita no RG Nº 001.487.572 SSP/RN, ambos com endereço profissional à Av. Raimundo Chaves, 1436, B. Candelária, Natal/RN.

PODERES:

Para o foro em geral, com as cláusulas **AD JUDICIA ET EXTRA**, para praticar todos os atos judiciais e administrativos, **IN SOLIDUM** ou cada um de **PER SI**, e independente de ordem de nomeação, agir em defesa dos interesses do Outorgante, podendo propor as ações judiciais competentes como Autor ou Réu, Assistente ou Oponente, Embargante ou Embargado, e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até o final da decisão, usando os recursos legais que se fizerem necessários e o acompanhado até o final do julgamento, que confere ainda os poderes amplos e gerais, irrevogáveis, bem como poderes expressos para acordar e assinar termos, conferindo-lhe ainda, para receber citação inicial, firmar compromissos e/ou acordos, discordar, concordar, confessar, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo e/ou fora dele, representando-os junto a qualquer Tribunal Judicial de primeira a última instância, como também, nos órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica dos Governos Federal, Estadual e/ou Municipal, sendo o presente instrumento de mandato, oneroso e contratual, podendo ainda renunciar ou substabelecer esta, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Ceará - Mirim/RN, 17 de junho de 20 15

Carlos Alexandre dos Santos
OUTORGANTE



Declaração de pobreza para fins judiciais

Eu, Paulo Alexandre dos Santos,
brasileiro (a), estado civil: solteiro, profissão: Apicultor,
RG: 1830.243, CPF: 029.630.724.65, residente e
domiciliado na Sítio Jacó. 43. Alegria/Pacatu
Silvino Marinho/RN,
declaro para os fins de obtenção de assistência judiciária gratuita e sob as
penas da lei, que não possuo recursos suficientes para custear qualquer
demanda, sem prejuízo do meu sustento e o da minha família. _____

Alegria - RN, 17 de junho de 20 15.
Local e Data

Paulo Alexandre dos Santos
Declarante



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1830243 2. VIA DATA DE EMISSÃO 22/10/2013

NOME CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS

FILIAÇÃO

ELSO ANTONIO DOS SANTOS

RANCISSA JANUARIO DE MELO

NATURALIDADE

28/04/1978

DATA DE NASCIMENTO

DIAG. CAMARA RN

DEC. ORDEM

CERT. NASC. NO. 8144 L. 5 F. 178

FELMO MARINHO RN

029.630.724-65

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE FLSA SOCIAL

INSTITUTO TECNICO CHEFIA DE POLICIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO

Assinado eletronicamente por: Carlos Alexandre dos Santos

MINISTERIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NOME CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS

Data de Nascimento 28/04/78

Nº de inscrição 029630724-65

Assinado eletronicamente por: Carlos Alexandre dos Santos

Assinatura Carlos Alexandre dos Santos

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 09/11/96

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, validade e validade por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.





Tarifa Social de Energia Elétrica, Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Manoel, 150, Bairro Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-350
CNPJ 08.334.199/0001-81 (Insc. Est. 2055199-0) www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

ST. JACUÍ

CPF: 029.630.724-85 NIS: 12878245642

ALEGRIM/PACAVIRA
ELMO MARINHO RIV
59490-000**CLASSIFICAÇÃO**B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDIMENTO COM NIS
Monofaseção**CONTA CONTRATO**

0855100029

MÊS/ANO

03/2015

DATA DE VENCIMENTO

24/03/2015

DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA

15/04/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

31,26

Nº DA NOTA FISCAL	SERIE	EMIÇÃO
000753363	UNICA	17/03/2015
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
17/03/2015	3000930174	289369

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

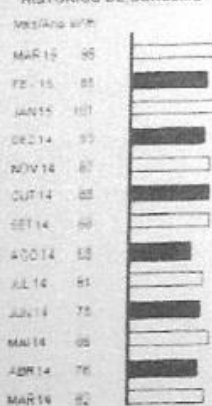
Consumo Ativo até 30 kWh	30.0000000	0.15416933	4.62
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	65.0000000	0.26429078	17.17
Acréscimo Bandeira VERMELHA			2.73
Contribuição Iluminação Pública			2.64
ICMS-Parcela Subvençãoada			3.80

TOTAL DA FATURA

31,26

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
1014308	CAT	14/02/2015	4.524,00	17/03/2015	4.519,00	31	7.000,00		39,00

HISTÓRICO DE CONSUMO**INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS**

	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	24.52	17.00	4.15
PIS	24.52	0.75	0.18
COFINS	24.52	4.10	1.01

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	11.72	44.74
Transmissão	0.51	2.09
Distribuição (Cosern)	5.07	26.70
Energias Sincronas	0.63	2.34
Tributos	5.52	21.51
Total	24.52	100

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo até 30 kWh	0.15416933
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0.26429078

RESERVADO AO FISCO

DEAD 3DB9 BC6B D68E E587 F2F4 7487 BD82

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie, na data da leitura e Bandeira em vigor e, sempre, antes das informações em www.aneel.gov.br. Pagamento em atraso gera Multa 2% (Res. 414/ANEL, 05/04/10) e Juros 1% a.m (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é responsável quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 23,27. O cliente é responsável quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento com o qual. Não há Tarifas vigentes a partir de 02/03/15, efetivando para o consumidor de 2.78% (Res. 41/02, nº 1.020/15).





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA JOSÉ CAMILO BEZERRA, 69 - CENTRO - CEP: 59490-000
CNPJ: 08.004.525/0001-07 - E-MAIL: smsielmomarinho@rn.gov.br

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

Nome: Carlos Alexandre Santos Sexo: M Idade: 36a

Endereço: Alegria Nº: _____

Naturalidade: _____ Profissão: _____

Entrada às: _____ dia: 04 / 03 / 15

P. SUS: 126.782.456.42.0008 DN: 25/04/78

Urgência: ☒ Ambulatório: ☐

PULSO: _____ TA: 120x90 Temperatura: _____ Peso: _____

História: Doi com dor no peito há 30 min após queda de moto.

Negativa de drogas

Exame Físico: SCV, corado, hidratado, eufórico, orientado, agitado

Apresenta sinais de angina: dor no peito, sudorese, náusea, vômito de conteúdo alimentar

Diagnóstico Provisório:

Doi com dor no peito

Tratamento:

- ① Desmorfina 1mg/kg - 2mg, 5mg
- ② Limpagem de artéria com cateter
- ③ Sulfato de hidróxido de potássio

Destino do Paciente:

Liberado () Óbito () Internado () Observação das _____ Hrs às _____ Hrs

Encaminhado para _____

João Carlos Correia
DICO
CRM 7347

Ass. do Médico CRM, Carimbo

RUA JOSÉ CAMILO BEZERRA, 69 - CENTRO - IELMO MARINHO - RIO GRANDE DO NORTE - CEP: 59490-000
CNPJ: 08.004.525/0001-07 - FONE: (84) 3267.0169 ou 3267.0173 - E-MAIL: smsielmomarinho@rn.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESED
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
DIRETORIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR - DPCIN
DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL - JOÃO CÂMARA/RN
Delegacia Municipal de Ielmo Marinho/RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA N.º 097/2015-DPM

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE AUTOMOBILISTICO
LOCAL: CENTRO IELMO MARINHO/RN
DATA E HORÁRIO DO FATO: 04/03/2015 POR VOLTA DAS 07H
COMUNICANTE: CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS TEL: (84) 9163.2676
ENDEREÇO: DISTRITO ALEGRIA SÍTIO JACU IELMO MARINHO/RN
PROFISSÃO: AGRICULTOR **NATURALIDADE:** JOÃO CÂMARA/RN
DATA DE NASC: 28/04/1978 **IDADE:** 36 ANOS **SEXO:** MASCULINO
DOC. APRESENTADO: RG N.º 1.830.243 SSP/RN

VÍTIMA: O COMUNICANTE TEL. (84)
ENDEREÇO: XXXXXXXXX
FILIAÇÃO: CELSO ANTONIO DOS SANTOS E FRANCISCA JANUARIO DE MELO
PROFISSÃO: XXXXXXXXXX **NATURAL:** XXXXXXXXXX
DATA DE NASC: XXXXXXXXXX **IDADE:** XXXXXXXXXX **SEXO:** XXXXXX
DOC. APRESENTADO: XXXXXXXXXX

ACUSADOS (A): XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX TEL. (84) XXXXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FILIAÇÃO: XXXXXXXX
DATA DE NASCIMENTO: XXXX **NATURALIDADE:** XXXX **SEXO:** XXXXXXXXXXXX
PROFISSÃO E LOCAL DE TRABALHO: XXXXXXXXXXXX
PORTADOR DO DOCUMENTO: XXXXXXXXXXXX

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA: QUE O COMUNICANTE VEIO A ESTA DP PARA REGISTRAR O BOLETIM COMUNICANDO QUE NA DATA E HORA E LOCAL SUPRA CITADOS QUANDO PILOTAVA O VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA HONDA CG 125 FAN DE COR PRETA DE PLACAS NYP 1115, RENAVAN 00930072871, CHASSI 9C2JC30707R234836 EM NOME DE UM SEU IRMÃO DE NOME ISMAEL ANTONIO DOS SANTOS, JUNTO COM SUA IRMÃ ANA CLEIDE QUE ENCONTRAVA-SE NA GARUPA FORAM COLHIDOS POR VEÍCULO TIPO CARRO NÃO IDENTIFICADO NO CENTRO DA CIDADE DE IELMO MARINHO/RN QUE EVADIRA DO LOCAL SEM PRESTAR-LHES SOCORRO. VINDO AMBOS A SOFREREM UMA QUEDA E O COMUNICANTE/VÍTIMA NECESSITAR SER ATENDIDO DEVIDO SENTIR FORTES DORES PELO CORPO E PEQUENOS ARRANHÕES NA PERNA DIREITA CONFORME BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA DA UNIDADE DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DIRIGINDO-SE A ESTA DP PARA DIANTE DO EXPOSTO POSSA TOMAR AS MEDIDAS CABÍVEIS JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. NADA MAIS DISSE E NEM LHE FOI PERGUNTADO

TESTEMUNHAS:

NOME XXXXXXXXX
ENDEREÇO XXXXXXXXX
NOME XXXXXXXXX
ENDEREÇO XXXXXXXXX
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: LAVRATURA DO BO, ENTREGA DA 1ª VIA À VÍTIMA/COMUNICANTE E EXPEDIDA INTIMAÇÃO.

DATA: 22 de abril de 2015

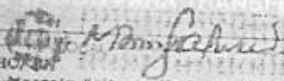
Carlos Alexandre dos Santos
ASSINATURA DO COMUNICANTE OU INTERESSADO

DATA: 22 de abril de 2015

113068-1
SERVIDOR POLICIAL/MATRICULA

Rua Princesa Isabel, s/n, centro, Ielmo Marinho-RN, CEP-59.490-000, Fone: (84)3267-0999.



DETTRAN-RN 0923/0110		Nº 010617956704	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VOL 1	CCC-TURNAMAS 00930072871	PATRO *****	2014
TITULAR: ISMAEL ANTONIO DOS SANTOS			
CNPJ/CPF 072.181.524-30		PLACA MYP1115	
PLACA ANT MYP1115/RN		CHASSI 9C2JC30707R234816	
ESPECIE DO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE		COMBUSTIVEL GASOLINA	
MARCA/MODELO HONDA/CG 125 FAN		ANO FAB 2007	ANO MOD 2007
CAP POT/CIL OCV/124 CILINDRADAS	CATEGORIA PARTICULAR	COR PREDOMINANTE PRETA	
COTA ÚNICA R\$ 0.00		VENC. COTA ÚNICA 20/08/2014	
FAIXA I/PVA 002811 3X	PARCELAMENTO / COTAS R\$ *****	VENC. COTAS 1º PAGO	
		2º PAGO	
		3º PAGO	
PRÊMIO TARIÁRIO (R\$) *** TAXAS DETRAN: PAGO		PRÊMIO TOTAL (R\$) DEVAT: PAGO	
OBSERVAÇÕES			
MOTOR: JC30E77234836			
TAXA DE PORTE OBRIGATORIO NAO VA LIDO PARA TRANSFERENCIA			
IELMO MARINHO		DATA 20/08/2014	
 Marcelo Brito de Medeiros Galesso Coordenador de Registro de Veículos DETRAN-RN			

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, João Antônio dos Santos

RG nº 2.607.599, data de expedição 1/1/

Órgão SSP/RN, portador do CPF nº 072.781.524-30, com domicílio na cidade de Belmo Marinho, no Estado de RN, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) Alcides / Pacavira, nº 45,

complemento Área Rural declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima Carlos Alexandre dos Santos cujo o condutor era Carlos Alexandre dos Santos

Veículo: Moto

Modelo: HONDA/CG 125 FAN

Ano: 2007

Placa: MYF1115

Chassi: 9C2JC30707R234836

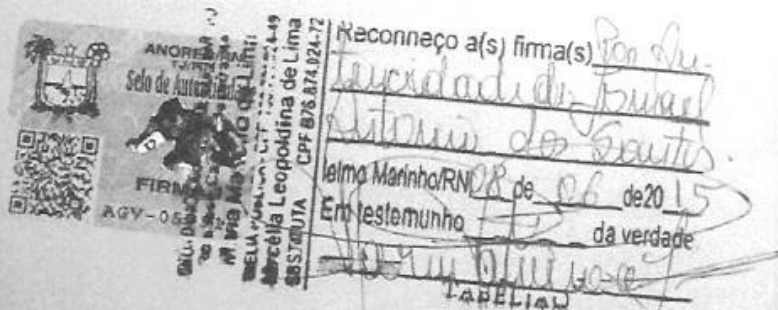
Data do Acidente: 04/03/2015

Local e Data: Belmo Marinho 08/06/2015

João Antônio dos Santos
Assinatura do Declarante

Carlos Alexandre dos Santos

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



06/08/2015

Visualiza Processos

Sair

Usuário: JULIANE ALINE
BARACH...

Controle de Acesso

Processos

Nova

Pesquisa

Fila

Manutenção

Relatórios

Relatório

Processos em Análise

Administrativo

Treinamento

Obtenha ajuda aqui

Sinistro Vítima Qualificação Beneficiário Documentos Pagamentos Histórico

Nome do Beneficiário	Tipo de Movimento	Dt Pgto Previsto	Vlr Previsto
CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS	Pagamento	24/07/2015	R\$ 1.687,50

Total de Pagamentos: 1687,50

[Pesquisar Outro Processo](#)

